

ALTERNATIVAS RADICAIS AO PIB

A URGÊNCIA DE BUSCAR ALTERNATIVAS FEMINISTAS E DECOLONIAIS

SUMÁRIO EXECUTIVO

Há um consenso cada vez maior entre muitos legisladores, instituições e movimentos de que o produto interno bruto (PIB) não é adequado como métrica econômica preeminente. Alternativas são urgentemente necessárias para facilitar a transição para um novo modelo econômico que sustente um mundo radicalmente mais igualitário, mais gentil, mais verde e feminista no presente, ao mesmo tempo em que ofereça uma reparação pelos danos e desigualdades históricos. Entretanto, apesar da crescente experimentação, a maioria dos esforços não é suficientemente ousada e permanece praticamente no papel, com apenas algumas exceções notáveis, mas em escala relativamente pequena e ainda em desenvolvimento. Para acabar com o PIB, diferentes movimentos sociais precisarão se unir em torno de métricas fundamentais que priorizem uma igualdade muito maior e se alinhem aos valores feministas e decoloniais, desafiando os sistemas de poder e as narrativas que mantêm o PIB em seu lugar dominante. Somente dessa forma é que as alternativas poderão proporcionar a transformação econômica necessária para colocar as pessoas e o planeta em primeiro lugar.

DOCUMENTOS PARA DEBATE DA OXFAM

Os Documentos para Debate da Oxfam são escritos para contribuir com o debate público e para estimular o feedback sobre questões de políticas humanitárias e de desenvolvimento. Eles são documentos de "trabalho em andamento" e não constituem necessariamente publicações finais ou refletem as posições da política da Oxfam. As opiniões e recomendações expressas são de responsabilidade do autor e não necessariamente da Oxfam.

Para mais informações ou fazer comentários sobre este artigo, envie um e-mail para aparvez1@oxfam.org.uk ou jefferson.nascimento@oxfam.org.br



OXFAM

AGRADECIMENTOS

Este artigo para debate foi escrito por Anam Parvez Butt, Esmé Berkhout, Mira Chawkat Zaghbour e Alex Bush, tendo Lebohang Liepollo Pheko e Ritu Verma como autores colaboradores. Ele foi criticamente informado e moldado pela pesquisa conduzida por Lebohang Liepollo Pheko e Ritu Verma (Verma e Pheko, 2022). A Oxfam reconhece e agradece as contribuições de Dana Abed, Kate Grantham, Jamie Livingstone, Do Quy Duong, Nguyen Quang Thai, a revisão e os comentários substanciais de Lebohang Liepollo Pheko e Ritu Verma, e a revisão e o feedback de Jayati Ghosh, Irene Guijt, Max Lawson, Ruth Mayne, Michael McCarthy Flynn, Leah Mugehera, Neelanjana Mukhia, Rachel Noble, Lewis Ryder-Jones, Emma Seery, Anjela Taneja, Katherine Trebeck, Lukas Warning e Clare Coffey em sua produção.

Este estudo deve ser citado como:

Butt, A.P., Berkhout, E., Zaghbour, C.M., Bush, A., Verma, R., Pheko, L.L. (2023). Alternativas radicais ao PIB: a urgência de buscar alternativas feministas e decoloniais, Londres: Oxfam

Para obter mais informações ou fazer comentários sobre este artigo, envie um e-mail para aparvez1@oxfam.org.uk ou jefferson.nascimento@oxfam.org.br

© Oxfam International 2023

Esta publicação é protegida por direitos autorais, mas o texto pode ser usado gratuitamente para fins de incidência, campanhas, educação e pesquisa, desde que a fonte seja citada na íntegra. A detentora dos direitos autorais solicita que todos esses usos sejam registrados junto a ela para fins de avaliação de impacto. Para copiar em qualquer outra circunstância ou reutilizar em outras publicações, ou para tradução ou adaptação, deve-se obter permissão e pode haver cobrança. Entre em contato pelo e-mail policyandpractice@oxfam.org.uk.

As informações contidas aqui estão corretas no momento de sua impressão.

Publicado por Oxfam GB para Oxfam International em agosto 2023. DOI: 10.21201/2023.621532 Oxfam GB,

Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford, OX4 2JY, UK.

SUMÁRIO

Nossas economias estão em colapso. A desigualdade é generalizada; a mudança climática e a destruição ecológica seguem um caminho perigoso e insustentável; a subvalorização da economia do cuidado empurra as mulheres ainda mais para a pobreza de tempo e renda; a fome e a insegurança alimentar estão crescendo; e os conflitos violentos estão aumentando. Essas crises são impulsionadas por um sistema econômico extrativista, orientado para o lucro e neocolonial, que proporciona lucros e capital cada vez maiores para os donos da riqueza, ao mesmo tempo em que explora sistematicamente os trabalhadores e as pessoas que vivem na pobreza, especialmente as pessoas de comunidades marginalizadas. É também um sistema baseado na exploração e na negligência da natureza e dos cuidadores, tornando-os invisíveis e ignorando seu papel na sustentação de nossas economias.

Uma característica fundamental desse sistema econômico é o foco no produto interno bruto (PIB) como o principal indicador de progresso econômico e social. O PIB é o signifiante de uma narrativa generalizada de que o crescimento ilimitado e inquestionável do PIB é a chave para alcançar outros objetivos políticos, como maior igualdade, bem-estar e o fim da pobreza. Por meio desses mitos, o PIB deixou de ser um instrumento e indicador de algum valor limitado para se tornar um objetivo em si mesmo. O crescimento do PIB *pode* ocorrer de uma maneira inclusiva e que combata a desigualdade, mas, como métrica, o PIB por si só não tem como determinar o que está sendo produzido, como está sendo produzido e a quem ele beneficia.

Ir além do PIB é tanto um apelo para abandonar um indicador econômico disfuncional como métrica orientadora de políticas quanto um convite mais amplo para pensar em viver em uma economia que se concentre na prosperidade social¹ – e em um planeta habitável – em vez de buscar o crescimento do PIB por si só. Isso requer métricas que possam servir de bússola para nos dizer aonde ir, como estamos progredindo e como as diferentes políticas nos ajudarão a chegar lá. É importante ressaltar que isso requer centralizar os sistemas e valores do conhecimento indígena e as vozes, soluções e perspectivas de pensadoras feministas² e decoloniais³ do Sul Global.

Movimentos e pensadores do Sul Global vêm pedindo alternativas radicais há anos, e há um apoio público cada vez maior nos países de alta renda para ir além do PIB. Uma pesquisa realizada pelo Women’s Budget Group constatou que quase 7 em cada 10 pessoas dizem que o bem-estar deve ser usado para medir o sucesso da política econômica.⁴

O QUE HÁ DE ERRADO COM O PIB?

O PIB foi criado no Norte Global na década de 1930 como uma medida do crescimento e da atividade econômica, mas se tornou o parâmetro pelo qual todo o progresso econômico é medido. Seu foco limitado reflete a visão estreita, eurocêntrica e ultrapassada que moldou sua criação. Está mais do que na hora de um recomeço que reflita a realidade e as necessidades da sociedade atual.

Embora o PIB per capita tenha aumentado de forma constante em todo o mundo, o mesmo ocorreu com a desigualdade. Entre 1995 e 2021, o 1% mais rico obteve 38% de toda a nova riqueza criada no mundo, e os 50% mais pobres ficaram com apenas 2% de toda a nova riqueza criada.⁵ Essa distribuição incrivelmente desigual e injusta, e seu efeito negativo sobre o bem-estar, não se reflete no PIB e é frequentemente apresentada como um estágio “inevitável” do crescimento do PIB.

A ideia de que o mundo pode sair da desigualdade por meio do crescimento é desastrosa do ponto de vista ambiental. Até mesmo para elevar a maioria da humanidade acima dos níveis de pobreza extrema, com a desigualdade em seu nível atual, seria necessário que nossa economia global fosse muitas vezes maior do que é hoje – algo que destruiria nosso planeta. No entanto, os limites planetários não são levados em consideração: a economia global está ultrapassando seis dos nove

limites identificados pelo Stockholm Resilience Centre,⁶ quase que totalmente impulsionada por países de alta renda, onde o crescimento do PIB aumentou rapidamente o uso de recursos para quatro vezes os níveis per capita sustentáveis.

Ao mesmo tempo, a desigualdade impulsiona a crise climática: o 1% mais rico do mundo tem uma pegada de carbono per capita 30 vezes maior do que o nível compatível com a meta de 1,5 °C do Acordo de Paris.⁷ Os 50% mais pobres têm uma pegada muito menor, embora sofram as piores consequências das mudanças climáticas.

No entanto, o PIB ignora os danos ao meio ambiente, como os impactos da atividade econômica sobre as mudanças climáticas, a terra e a biodiversidade. Depois de séculos causando danos por meio do colonialismo, o excesso de emissões dos países industrializados de alta renda está dando continuidade a esses danos, enquanto os países e as comunidades vulneráveis sofrem o impacto das mudanças climáticas.

O PIB mede o valor agregado de bens e serviços produzidos e comercializados no mercado, mas ignora áreas cruciais de nossas economias. Em grande parte, ele ignora o cuidado não remunerado e alguns elementos do trabalho informal,^{8,9} que é realizado desproporcionalmente por mulheres, especialmente as que vivem na pobreza e pertencem a grupos que sofrem discriminação com base em raça, etnia, nacionalidade, sexualidade e casta.

Mulheres e homens dedicam 16,4 bilhões de horas por dia ao trabalho de cuidado não remunerado.¹⁰ Cerca de 76% desse trabalho é realizado por mulheres,¹¹ sendo que 606 milhões de mulheres em idade produtiva prestam cuidados não remunerados em tempo integral.¹² A invisibilidade do trabalho de cuidado na economia formal fez com que ele atuasse como um subsídio oculto para a economia de mercado. Do número total de horas trabalhadas por semana em todo o mundo, 45% são em trabalho de cuidado não remunerado,¹³ com suas contribuições excluídas dos cálculos do PIB. Do ponto de vista do gênero, isso significa que 65% das horas de trabalho das mulheres em geral não são remuneradas e não contribuem para o PIB.

As atividades de cuidado e os ecossistemas só se tornam valiosos (e contabilizados no PIB) quando são recursos que podem ser possuídos, controlados e vendidos; por exemplo, as atividades ambientais extrativas e reparadoras são contabilizadas como contribuições positivas para o PIB, mas a manutenção e a preservação além da economia de mercado não são contabilizadas.

O PIB também não capta com precisão se o que está sendo produzido é feito de forma legal ou ilegal, nem onde ocorre o crescimento, como no caso de fluxos financeiros ilícitos para paraísos fiscais. Em 2020, a Tax Justice Network (Rede de Justiça Fiscal) calculou que os Países Baixos e Luxemburgo foram responsáveis por mais de US\$ 36 bilhões e US\$ 27 bilhões, respectivamente, de perdas fiscais para países em todo o mundo.¹⁴

O PIB é antifeminista e colonial porque sustenta uma estrutura de criação de valor e produtividade que considera apenas o que pode ser monetizado. As relações de mercado têm precedência sobre as relações familiares e sociais, o individualismo sobre a solidariedade e a interdependência, a escolha racional sobre o bem-estar. As mulheres são relegadas à esfera “privada” e seu trabalho é invisível. Ao mesmo tempo, o PIB ajudou a apagar as concepções indígenas e alternativas do que pode e deve ser valorizado.

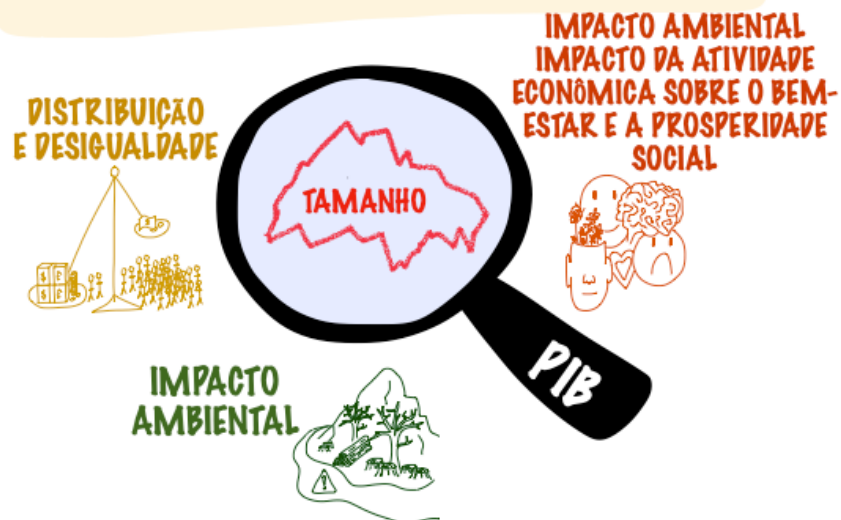
COMO MEDIDA DA ECONOMIA, HÁ MUITAS FALHAS NO PIB



E, NO QUE DIZ RESPEITO À PARTE DA ECONOMIA QUE O PIB CAPTA, ELE NÃO NOS DIZ NADA SOBRE QUALIDADE



O PIB SE CONCENTRA APENAS NO TAMANHO, O QUE SIGNIFICA QUE NÃO ANALISA COMO ISSO PREJUDICA OU BENEFICIA AS PESSOAS E O PLANETA



AS DECISÕES SOBRE A ECONOMIA DEVEM SER ORIENTADAS POR UMA MÉTRICA QUE ANALISE O QUADRO GERAL E MEÇA O QUE É IMPORTANTE

QUEM PAGA O PREÇO DA NOSSA FIXAÇÃO PELO PIB?

As políticas econômicas baseadas nas lógicas neoliberal¹⁵ e patriarcal¹⁶ do crescimento do PIB prejudicaram desproporcionalmente as mulheres, as meninas e as pessoas não binárias, especialmente aquelas que vivenciam desigualdades interseccionais, ao mesmo tempo em que beneficiaram os mais ricos. As medidas de austeridade, a liberalização do comércio e a falta de cobertura universal de políticas de saúde são apenas três exemplos de políticas focadas no crescimento do PIB que tiveram consequências devastadoras para as mulheres e os grupos marginalizados.

O atual modelo neoliberal e neocolonial¹⁷ tem suas raízes nas práticas coloniais de extração de recursos, nos sistemas de produção voltados para a exportação e na imposição da lógica econômica ocidental, que destruiu ecossistemas, minou os sistemas de conhecimento indígena e deslocou comunidades em todo o mundo. Isso aumentou diretamente a insegurança alimentar e hídrica, a pobreza e a vulnerabilidade às mudanças climáticas.

Por exemplo, em Gâmbia e Gana, que têm uma longa história de produção de arroz, inhame e outros alimentos básicos, a concentração da era colonial em culturas comerciais, como amendoim e cacau, levou à fome, à escassez crônica de alimentos, à desnutrição e à dependência dos colonizadores europeus para as importações.¹⁸

REPENSANDO UMA MÉTRICA QUE IMPORTA E FUNCIONA PARA TODOS

Muitas alternativas ao PIB foram projetadas, mas há um progresso limitado no sentido de substituí-lo como a métrica dominante, em parte devido ao seu “apelo de indicador único”. Talvez de forma mais significativa, os governos e as elites do setor privado têm interesse no PIB, pois se beneficiam de uma economia que se concentra em seu crescimento inquestionável.

Embora muitos dos esforços existentes para além do PIB sejam sinais bem-vindos de progresso, eles pouco contestam o foco atual no PIB e não têm a escala, a qualidade e a ambição de forjar uma alternativa radical. Muito poucas estruturas alternativas ao PIB são explicitamente feministas ou decoloniais.

Uma abordagem e mentalidade feminista e decolonial para as alternativas ao PIB daria muito mais ênfase à importância da comunidade, das relações sociais e do meio ambiente.¹⁹ Isso é vital para reverter o apagamento dos sistemas de conhecimento não ocidentais por meio da imposição da lógica ocidental, patriar

Ilustração de Alex Bush

A aceitação pública e política de uma métrica, sem que ela seja mais uma imposição neocolonial, depende da inclusão do processo por meio do qual ela é desenvolvida. Os indicadores que refletem o conhecimento e as perspectivas indígenas precisam estar centrados no projeto, na implementação e na revisão da medida. Eles precisam estar enraizados no reconhecimento e na aceitação dos danos causados pelo colonialismo e pelo imperialismo econômico, bem como no compromisso de repará-

los.

Alternativas decoloniais além do PIB levariam em conta o “bem-estar em outros lugares”, ou seja, a contribuição positiva ou negativa das decisões, políticas e uso de recursos de um país sobre a igualdade, a prosperidade social e a sustentabilidade em outros países. Por exemplo, uma métrica poderia incluir indicadores que analisassem as emissões nacionais cumulativas de carbono para dar uma ideia da responsabilidade de um país pelas emissões históricas (em seus próprios territórios e em outros lugares), juntamente com perdas e danos incorridos globalmente. Essas informações podem ser fundamentais para respaldar pedidos de reparação climática.

As alternativas ao PIB precisam coletar evidências de toda a economia, tanto remunerada quanto não remunerada. É importante ressaltar que elas precisam medir o cuidado não remunerado (que é desproporcionalmente realizado pelas mulheres), sua distribuição (dentro e entre as famílias, o Estado, o mercado e o setor público) e como ele é afetado pelas políticas macroeconômicas.

Qualquer que seja a medida que nos leve para além do PIB, a distribuição da renda nacional precisaria substituir qualquer foco em médias simples, inclusive em nível familiar. A desigualdade e a redução da lacuna entre as pessoas mais ricas e as que vivem na pobreza devem estar embutidas na forma como medimos o progresso em nossas sociedades. O índice de Palma, por exemplo, é um indicador importante para destacar os níveis de desigualdade, mostrando as diferenças entre as faixas de renda mais altas e mais baixas.

As estruturas para além do PIB precisam garantir o apoio ao trabalho transformador que muda radicalmente nosso modelo econômico para um que coloque a prosperidade humana e ambiental em primeiro lugar. Isso não significa que o crescimento seja irrelevante; de fato, para a maioria dos países, há uma necessidade urgente de aumentar a renda da maioria das pessoas e as receitas dos governos para facilitar a prosperidade humana e ambiental. O ponto principal é que o crescimento definido de forma restrita não é um fim em si mesmo e nunca deveria ser o principal objetivo ou meta final de um governo.

O QUE ESTÁ ATRASANDO O PROGRESSO?

Um fator importante que mantém o PIB como a métrica global dominante é seu enraizamento em instituições nacionais, regionais e mundiais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Comissão Europeia (CE), bem como estruturas formais como o Sistema de Contas Nacionais. O PIB é visto como uma medida do poder econômico de um país, com consequências importantes para: capacidade de empréstimo; acesso a mercados internacionais e ajuda externa; direitos de voto em instituições multilaterais; influência em negociações comerciais; e medição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Como resultado de seu enraizamento, o objetivo do crescimento do PIB está profundamente entranhado em narrativas e culturas em todo o mundo que perpetuam a visão de que o que importa é a economia monetária/mercantil e, portanto, as únicas atividades que contam são aquelas que produzem valor monetário ou podem ser precificadas. Esse também é um reflexo desatualizado do que importava ou era valorizado pelos criadores originais do PIB.

Além disso, muitas elites e corporações ricas têm motivos para preferir manter o PIB como a principal métrica de orientação para a política econômica. Se ele fosse substituído por medidas que levassem em conta a prosperidade social, a desigualdade e o meio ambiente, a mudança resultante de políticas que priorizam o crescimento a todo custo para uma economia mais justa e sustentável limitaria seu poder e seus lucros.

Muitas organizações, especialistas e ativistas que estiveram na vanguarda do movimento “Além do

PIB” afirmam, de forma autocrítica, que a razão pela qual não houve progresso em larga escala é a falta de uma linguagem comum e de uma base compartilhada sobre a metodologia. Conforme já observado, o PIB também tem um “apelo de indicador único”. A maioria das estruturas multidimensionais de bem-estar tende a ter muitos indicadores, em vez de um conjunto claro e menor de indicadores-chave, o que dificulta a obtenção de uma visão geral.

Embora muitos dos esforços existentes para além do PIB sejam sinais bem-vindos de progresso, eles não desafiam suficientemente o foco atual no PIB e não conseguem integrar uma perspectiva feminista e decolonial. Eles não estão à altura do que precisamos em termos de escala, qualidade e ambição para forjar uma alternativa radical.

Por que o PIB ainda é a principal métrica de referência?

POR QUE O PIB AINDA É A PRINCIPAL MÉTRICA DE REFERÊNCIA DA POLÍTICA ECONÔMICA? O QUE ESTÁ IMPEDINDO O PROGRESSO?

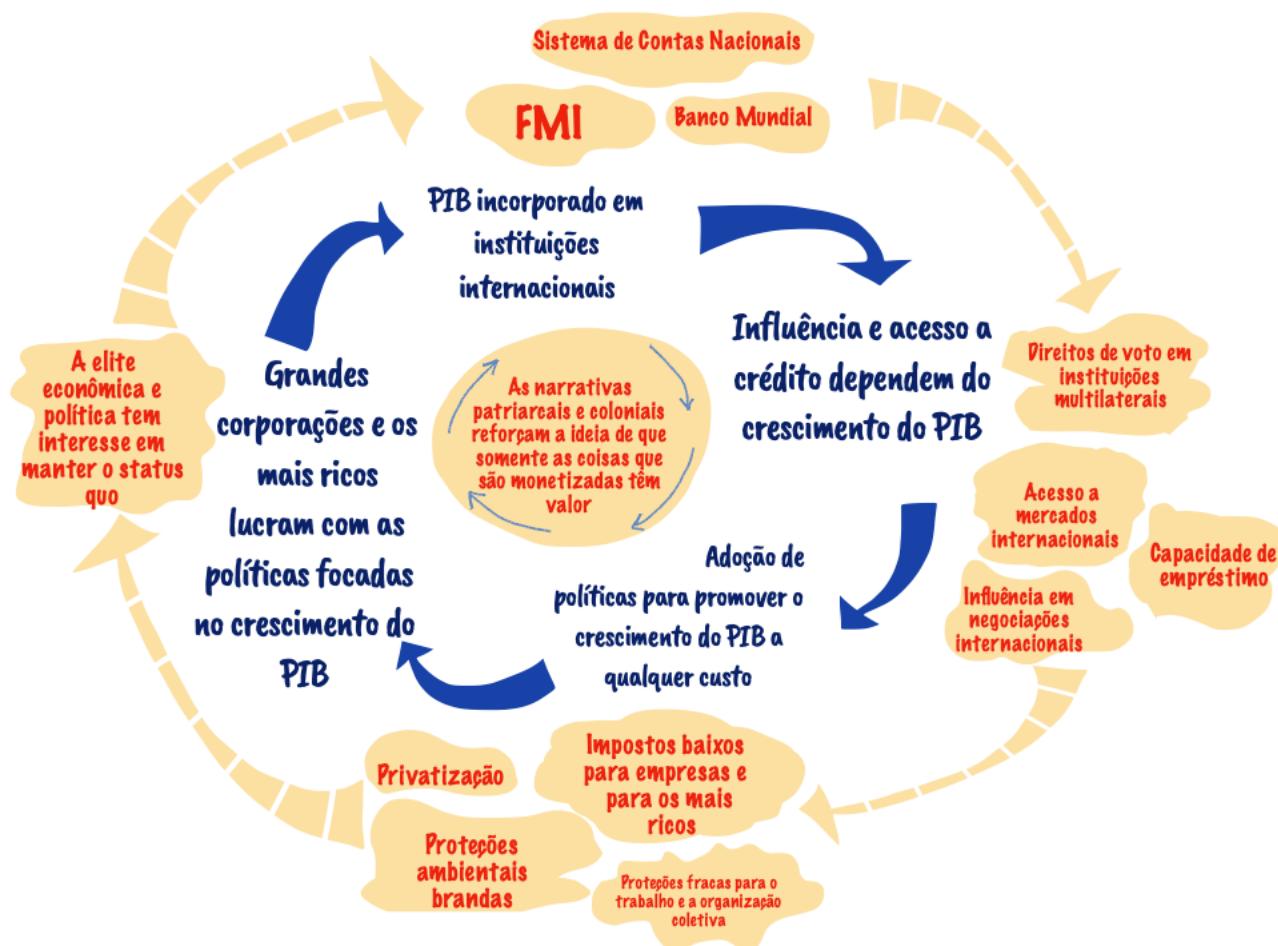


Ilustração de Alex Bush

ENCONTRAR ALTERNATIVAS FEMINISTAS E DECOLONIAIS

Para retirar o PIB de sua posição dominante, seria necessário transformar as narrativas nos currículos acadêmicos, no debate político e na mídia popular, desafiando a percepção de que o crescimento do PIB é universalmente positivo. O consenso entre disciplinas, movimentos e instituições será importante para moldar as alternativas radicais, com críticas feministas e decoloniais no centro. Isso poderia incluir a identificação de possíveis indicadores de prosperidade social fundamentais que estejam embutidos em princípios feministas e decoloniais.

Para garantir que as alternativas reflitam as prioridades e os valores que estão faltando atualmente, um processo de reformulação precisaria envolver de forma significativa as mulheres, os povos indígenas e aqueles em posições de vulnerabilidade. Da mesma forma, os esforços devem ser conduzidos por organizações e instituições globalmente diversas, centralizando as vozes do Sul Global e com participação pública ativa nas agendas além do PIB para garantir uma ampla inclusão em todo o ciclo de políticas.

Há uma oportunidade para que os governos e as instituições invistam em testagem, testes piloto e dimensionamento de alternativas, trabalhando com cidades, regiões e países para criar estruturas alternativas e infraestruturas estatísticas de apoio, com base no crescente acervo de aprendizado. Isso poderia incluir o fornecimento de incentivos políticos e financeiros para a adoção de alternativas como impulsionadores de políticas econômicas, desvinculando o PIB de conjuntos de indicadores de desenvolvimento sustentável, como os ODS, e criando um órgão intergovernamental para consolidar o conhecimento e promover a convergência de metodologias e terminologia.

GLOSSÁRIO

TERMO	DEFINIÇÃO	REFERÊNCIAS E LEITURAS ADICIONAIS
Decolonial	Algo que rompa com as estruturas coloniais e neocoloniais de dominação e pensamento, rompendo com os legados raciais, de gênero e geopolíticos de desigualdade e dominação.	S. Tamale. (2020). <i>Decolonization and Afro-Feminism</i> . Daraja Press. Quebec: Daraja Press. W.D. Mignolo. (2011). <i>The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options</i> . London: Duke University Press.
Decolonização	<p>O ato de atingir a independência frente ao colonialismo, tanto histórico quanto moderno, e desfazer os danos causados.</p> <p>Parte de um processo contínuo de transferência do poder decolonial de volta para os negros, os povos indígenas e as pessoas racializadas, que estão reivindicando o controle de suas estruturas políticas e econômicas, bem como de sua cultura, sociedade, educação, idioma e voz.</p>	<p>S. Tamale. (2020). <i>Decolonization and Afro-Feminism</i>. Daraja Press. Quebec: Daraja Press.</p> <p>Oxfam. (2023). <i>Inclusive Language Guide</i>. Acesso em: 8 jun. 2023, https://policy-practice.oxfam.org/resources/inclusive-language-guide-621487/</p> <p>D. Omanga. (2020). <i>Decolonization, Decoloniality, and the Future of African Studies: A Conversation with Dr. Sabelo Ndlovu-Gatsheni</i>. Social Science Research Council. Acesso em: 3 jul. 2023, https://items.ssrc.org/from-our-programs/decolonization-decoloniality-and-the-future-of-african-studies-a-conversation-with-dr-sabelo-ndlovu-gatsheni/</p>
Feminismo	<p>Um movimento para acabar com o sexismo, a exploração sexista e a opressão. O feminismo é uma crença na igualdade social, política e econômica para todos os gêneros, baseada na compreensão de como as mulheres e outros gêneros marginalizados enfrentam a desigualdade estrutural e a opressão devido às normas, estereótipos e dinâmicas de poder existentes. Na Oxfam, nossa compreensão do feminismo está enraizada em 11 princípios:²⁰</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Compartilho o poder 2. Desafio meu comportamento 3. Apoio o movimento feminista 4. Nada sobre nós sem nós 5. O feminismo é para todos 6. Não há justiça sem justiça de gênero 7. Defendo a diversidade 8. Valorizo a segurança 9. Quero um ambiente de apoio 10. Acredito na liberdade de expressão 11. Eliminar a violência de gênero 	<p>hooks, b. (1984). <i>Feminist Theory, from Margin to Center</i>. New York: Routledge.</p> <p>Oxfam. (2020). <i>Feminist Principles</i>. Acesso em: 3 jul. 2023, https://policy-practice.oxfam.org/resources/feminist-principles-621064/</p>
Interseccionalidade	Uma teoria baseada no trabalho de Kimberlé Crenshaw, que destacou a combinação	P. Hill Collins. (2015). 'Intersectionality's Definitional Dilemmas'. <i>Annual Review of</i>

	específica de opressões enfrentadas pelas mulheres negras nos Estados Unidos. Ela chama a atenção para as formas como as pessoas podem enfrentar opressões múltiplas e interseccionadas com base em raça, classe, gênero, sexualidade, etnia, nacionalidade, capacidade e idade (entre outros marcadores sociais) - e que elas não operam individualmente ou isoladamente, mas se reforçam mutuamente, resultando em desigualdades sociais complexas.	<i>Sociology</i> , 41, 1-20. https://doi.org/10.1146/annurev-soc-073014-112142 K. Crenshaw. (1991). 'Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color'. <i>Stanford Law Review</i> , 43(6), 1241-99. https://doi.org/10.2307/1229039
Neocolonialismo	Um modelo no qual, apesar do fim das relações coloniais formais, os sistemas econômicos e políticos dos países que foram colonizados continuam a ser dirigidos, moldados e influenciados por relações de poder desiguais com os antigos países colonizadores. Isso é amplamente entendido como abrangendo as maneiras pelas quais as instituições multilaterais e as corporações transnacionais mantêm a dinâmica colonial de exploração e extração em países anteriormente colonizados.	K. Nkrumah. (1965). <i>Neo-Colonialism: The Last Stage of Imperialism</i> . London: Thomas Nelson and Sons. S. Halperin. (12 April 2023). <i>Neocolonialism</i> . Britannica. Acesso em: 8 jun. 2023, https://www.britannica.com/topic/neocolonialism
Neoliberalismo	O modelo econômico dominante desde a década de 1980, centrado no individualismo e na expansão dos "mercados livres". Nesse modelo, o Estado existe para manter as instituições que protegem essas práticas. Essa abordagem levou ao aumento dos direitos, da mobilidade e das liberdades das empresas e a uma redução correspondente da ação coletiva, da regulação estatal e da intervenção governamental na economia.	D. Harvey. (2007). <i>A Brief History of Neoliberalism</i> . New York: Oxford University Press. E. Berkhout, N. Galasso, M. Lawson, P.A. Rivero Morales, A. Taneja and D.A. Vázquez Pimentel. (2021). <i>The Inequality Virus: Bringing together a world torn apart by coronavirus through a fair, just and sustainable economy</i> . Oxfam. Acesso em: 3 jul. 2023, https://policy-practice.oxfam.org/resources/the-inequality-virus-bringing-together-a-world-torn-apart-by-coronavirus-through-621149/
Patriarcado	Um sistema construído em torno do privilégio e da dominação masculina, reforçando masculinidades que perpetuam relações de poder sexistas e hierárquicas. Os sistemas patriarcais legitimam a discriminação e a exclusão de mulheres e pessoas sem conformidade de gênero por meio de normas sociais, políticas e instituições prejudiciais.	M. French. (1985). <i>Beyond Power: On Women, Men and Morals</i> . New York: Summit Books.
Prosperidade social	Um conceito que amplia nossa ideia de prosperidade para além das preocupações econômicas, incorporando bem-estar, saúde, solidariedade, coesão social e agência.	K. Lima de Miranda and D.K. Snower. (2020). <i>Recoupling Economic and Social Prosperity</i> . Blavatnik School of Government. Working paper. Acesso em: 3 jul. 2023, https://www.bsg.ox.ac.uk/research/publications/recoupling-economic-and-social-prosperity K. Chika Urama and E. Nti Acheampong. (2013). 'Social Innovation Creates Prosperous Societies'. <i>Stanford Social Innovation Review</i> . Acesso em: 3 jul. 2023, https://ssir.org/articles/entry/social_innovation_creates_prosperous_societies

NOTAS

¹ Ver [Glossário](#)

² Ver [Glossário](#)

³ Ver [Glossário](#)

⁴ Women's Budget Group. (2020). *Creating a Caring Economy: A Call to Action*. Acesso em: 3 jul. 2023, <https://wbg.org.uk/wp-content/uploads/2020/10/WBG-Report-v10.pdf>

⁵ L. Chancel, T. Piketty, E. Saez and G. Zucman. (2022) *World Inequality Report*. World Inequality Lab. Acesso em: 19 jun. 2023, https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2023/03/D_FINAL_WIL_RIM_RAPPORT_2303.pdf

⁶ Utrecht University. (26 April 2022). *Planetary Boundaries Update: Freshwater at Stake*. Acesso em: 16 mar. 2023, <https://www.uu.nl/en/news/planetary-boundaries-update-freshwater-at-stake>

⁷ T. Gore (2021) *Carbon Inequality in 2030: Per capita consumption emissions and the 1.5 °C goal*. Institute for European Environmental Policy, Oxfam. Acesso em: 19 jun. 2023, <https://oxfamlibrary.openrepository.com/bitstream/10546/621305/1/bn-carbon-inequality-2030-051121-en.pdf>

⁸ Intersecretariat Working Group on National Accounts. (2008). System of National Accounts 2008. Acesso em: 7 jun. 2023, <https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/SNA2008.pdf>

⁹ ILO. (2013). 'Measurement of the Informal Economy', in *The Informal Economy and Decent Work: A policy resource guide supporting transitions to formality*. Geneva: International Labour Organization.

¹⁰ ILO. (2018). *Care Work and Care Jobs for The Future of Decent Work*. Geneva: International Labour Organization. Acesso em: 19 jun. 2023, https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_633135/lang--en/index.htm

¹¹ *ibid.*

¹² *ibid.*

¹³ [Nota metodológica](#) (stat 1)

¹⁴ M.B. Mansour. (20 nov. 2020). '\$427bn lost to tax havens every year: landmark study reveals countries' losses and worst offenders'. Tax Justice Network. Acesso em: 24 mar. 2023, <https://taxjustice.net/2020/11/20/427bn-lost-to-tax-havens-every-year-landmark-study-reveals-countries-losses-and-worst-offenders/>

¹⁵ Ver [Glossário](#)

¹⁶ Ver [Glossário](#)

¹⁷ Ver [Glossário](#)

¹⁸ K.S. Amanor. (2005). 'Night Harvesters, Forest Hoods and Saboteurs: Struggles over land and expropriation in Ghana' in S. Moyo and P. Yero (eds.). *Reclaiming the Land: The resurgence of rural movements in Africa, Asia and Latin America* (pp. 102–117). London: Zed Books.

¹⁹ M. Lugones. (2020). 'Toward a Decolonial Feminism'. *Hypatia*, 25(4), 742–59.

²⁰ Oxfam. (2020). *Feminist Principles*. Acesso em: 8 jun. 2023, <https://policy-practice.oxfam.org/resources/feminist-principles-621064/>

DOCUMENTOS PARA DEBATE DA OXFAM

Os Documentos para Debate da Oxfam são escritos para contribuir com o debate público e para estimular o feedback sobre questões de políticas humanitárias e de desenvolvimento. Eles são documentos de “trabalho em andamento” e não constituem necessariamente publicações finais ou refletem as posições da política da Oxfam. As opiniões e recomendações expressas são de responsabilidade do autor e não necessariamente da Oxfam.

Para mais informações ou fazer comentários sobre este artigo, envie um e-mail para aparvez1@oxfam.org.uk

© Oxfam International 2023

Esta publicação é protegida por direitos autorais, mas o texto pode ser usado gratuitamente para fins de incidência, campanhas, educação e pesquisa, desde que a fonte seja citada na íntegra. A detentora dos direitos autorais solicita que todos esses usos sejam registrados junto a ela para fins de avaliação de impacto. Para copiar em qualquer outra circunstância ou reutilizar em outras publicações, ou para tradução ou adaptação, deve-se obter permissão e pode haver cobrança. Entre em contato pelo e-mail policyandpractice@oxfam.org.uk.

As informações contidas aqui estão corretas no momento de sua impressão.

Publicado por Oxfam GB para Oxfam International em agosto 2023. DOI: 10.21201/2023.621532 Oxfam GB,

Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford, OX4 2JY, UK.

OXFAM

A Oxfam é uma confederação internacional de 21 organizações, que trabalham com parceiros e aliados, chegando a milhões de pessoas em todo o mundo. Juntos, combatemos as desigualdades para pôr fim à pobreza e à injustiça, no presente e a longo prazo – em nome de um futuro igualitário. Para obter mais informações, entre em contato com as agências ou visite www.oxfam.org.

Oxfam América (www.oxfamamerica.org)
Oxfam Aotearoa (www.oxfam.org.nz)
Oxfam Austrália (www.oxfam.org.au)
Oxfam-na-Bélgica (www.oxfamsol.be)
Oxfam Brasil (www.oxfam.org.br)
Oxfam Canadá (www.oxfam.ca) Oxfam
Colômbia (www.oxfam.org)
Oxfam França (www.oxfamfrance.org)
Oxfam Alemanha (www.oxfam.de) Oxfam
GB (www.oxfam.org.uk)
Oxfam Hong Kong (www.oxfam.org.hk)

Oxfam IBIS (Dinamarca)
(www.oxfamibis.dk)
Oxfam Índia (www.oxfamindia.org)
Oxfam Intermón (Espanha)
(www.oxfamintermon.org)
Oxfam Irlanda (www.oxfamireland.org)
Oxfam Itália (www.oxfamitalia.org)
Oxfam México (www.oxfamemexico.org)
Oxfam Novib (Países Baixos) (www.oxfamnovib.nl)
Oxfam Québec (www.oxfam.qc.ca)
Oxfam África do Sul (www.oxfam.org.za)
KEDV (www.kedv.org.tr)